



Axiologia para uma posição das Cidades Atlânticas em matéria de política de coesão e Agenda Urbana Europeia

Secretaria Geral CCAA

30/03/2017

Tal como refletem as últimas declarações em La Rochelle e A Coruña, a política de coesão e a Agenda Urbana Europeia são o foco das preocupações das Cidades Atlânticas. Assim, este documento visa conter uma série de valores (Axiologia) que o Fórum Urbano Atlântico considera fundamentais face à reforma de ambas políticas e à análise em curso. Esta Axiologia conduzirá a uma posição política consolidada em junho de 2017, a coincidir com o Fórum da Coesão.

Agenda Urbana Europeia:

As Cidades Atlânticas manifestam:

- Que todos os esforços dedicados à Agenda Urbana Europeia devem ser consolidados numa verdadeira política urbana e não se limitarem apenas a instrumentos percíveis (tais como parcerias) ou de comunicação.
- Que esta política urbana deve basear-se num sistema real de governação, representado por um organismo europeu urbano que possa acomodar um diálogo estruturado e servir como uma câmara de ressonância às preocupações das cidades e dos cidadãos.
- Que a Agenda Urbana Europeia deve respeitar a dimensão territorial e a perspetiva de redes, uma vez que as cidades não são pontos isolados no espaço.
- Que o acervo urbano existente deve ser valorizado, não só através de uma melhoria dos conteúdos da facilidade web (por exemplo, incluindo mais redes urbanas nos seus conteúdos), mas através da criação de uma seção urbana no repertório KEEP.
- Que a dimensão internacional também faz parte das estratégias de desenvolvimento das cidades, pelo que deve, portanto, ser mais visível na agenda.

Política de coesão:

As Cidades Atlânticas querem insistir na definição da política de coesão como um valor Europeu básico, que vai além dos fundos estruturais. A política de coesão reúne princípios como a subsidiariedade, a proximidade aos cidadãos, o funcionamento do mercado único, a estabilidade ou a convergência.

Assim, lembram que, num momento onde a incerteza é predominante, os pilares do projeto comunitário devem ser mantidos. Um cenário sem política de coesão ou com a mesma como um depoimento político seria catastrófico. A este respeito, as Cidades Atlânticas querem destacar:

- Que o debate não pode esperar até 2020. No âmbito das negociações do Brexit, devem ser criadas as garantias necessárias para a execução da programação em curso.
- Que o projeto Europeu precisa de consolidação para enfrentar-se aos novos desafios. Não é hora de reinventar a roda criando novos programas e/ou desviando fundos da

política de coesão; é hora de assumir a diferença entre prioridades e ações. Por exemplo, como ocorre no presente, no âmbito da prioridade “Fundo Social Europeu”, já estão a ser dadas soluções para os problemas de emprego e imigração.

- Que, no que diz respeito às primeiras análises da Comissão Europeia, que enfatizam o lento progresso da política neste período, as Cidades Atlânticas querem lembrar que o atraso na aprovação do orçamento comunitário, bem como a arquitetura dos novos regulamentos e requisitos, foram um travão importante para o lançamento do programa em 2014; e que, portanto, todas as instituições europeias devem assumir a sua quota de responsabilidade.
- Que os instrumentos financeiros não devem substituir a política de coesão, mas sim permanecerem como um instrumento complementar nos casos nos que é provado um valor real acrescentado.
- Que para que esta política progrida, é fundamental reforçar as dimensões de flexibilidade, simplificação e coordenação, por forma a contribuir assim para uma subsidiariedade real. Da mesma forma, o princípio de parceria deve permitir um verdadeiro protagonismo dos territórios.
- Que a macro condicionalidade económica e o alinhamento com o semestre Europeu não devem representar um desequilíbrio a nível regional, mas sim um incentivo para uma melhor cooperação entre os níveis de governação.
- Que a cooperação territorial é uma dimensão fundamental que deve ser reforçada para melhorar a relevância da política Europeia numa perspetiva transnacional. As iniciativas que melhoram a sua eficiência, como as macro regiões, deveriam ganhar mais peso no futuro.
- Da mesma forma, a distribuição dos fundos deveria melhorar a sua fórmula (a fórmula de Berlim) para incluir não só as regiões mais atrasadas, mas também aquelas que, devido à sua geografia, experimentam limites no seu desenvolvimento.